

REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO E DESIGUALDADE: PORTUGAL NOS ANOS 80 (*)

Carlos Farinha Rodrigues

I — Introdução

A investigação empírica das transformações ocorridas na distribuição do rendimento em Portugal ao longo da década de 80 constitui o principal objectivo deste ensaio. Para além da tipificação e quantificação dos níveis de desigualdade ocorridos em 1980-1981 e em 1989-1990, proceder-se-á igualmente à identificação dos seus determinantes evidenciando os principais factores de transformação.

A análise realizada apoia-se nos dados microeconómicos dos dois últimos «Inquéritos aos orçamentos familiares» realizados pelo Instituto Nacional de Estatística em 1980-1981 e 1989-1990. Instrumentos privilegiados para a observação das condições de vida das famílias, estes inquéritos têm constituído o suporte estatístico de referência para a análise dos efeitos redistributivos das principais alterações sócio-económicas ocorridas em Portugal ao longo dos últimos anos. Pereirinha (1988), Gouveia e Tavares (1992) e Rodrigues (1993) constituem exemplos elucidativos da utilização deste tipo de inquéritos na análise da redistribuição do rendimento e da desigualdade.

A metodologia seguida assenta na decomposição de diferentes índices de desigualdade como instrumento analítico para examinar a estrutura da desigualdade e as alterações registadas na repartição do rendimento. Tendo como referência a literatura mais recente nesta área ⁽¹⁾ dois tipos de decomposição são ensaiados: a decomposição da desigualdade por grupos sócio-económicos e a decomposição por fontes de rendimento. A primeira permite evidenciar a associação entre variáveis sócio-demográficas e a desigualdade. A segunda ilustra a contribuição das diferentes fontes de rendimento para a constituição/evolução da desigualdade.

Particular atenção será dada à associação entre a evolução da desigualdade e as transformações estruturais ocorridas ao longo do período em análise, nomeadamente as que se referem à dimensão e composição dos agregados familiares, às alterações na estrutura etária da população, às transformações no sistema produtivo e no mercado de trabalho, às modificações no sistema fiscal e na composição do rendimento.

(*) Desejo expressar o meu agradecimento a Prof.^a Manuela Silva, à Prof.^a Manuela Arcanjo e ao engenheiro Marques da Silva, cujas sugestões e comentários contribuíram significativamente para a melhoria do trabalho. Agradecimentos são igualmente devidos à JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica) pelo apoio financeiro concedido ao projecto de doutoramento em que este texto se insere e ao INE (Instituto Nacional de Estatística) pela disponibilização dos dados microeconómicos dos «Orçamentos familiares». A responsabilidade dos erros remanescentes é exclusiva do autor.

(1) V., em particular, Jenkins, S. P. (1992).

A estrutura do texto é a seguinte: na secção II analisam-se os principais aspectos metodológicos e balizam-se as opções seguidas relativas à selecção e utilização das medidas de desigualdade; na secção III procede-se à análise das alterações ocorridas na repartição do rendimento ao longo da década de 80; as duas secções seguintes ilustram a aplicação da decomposição da desigualdade, por tipo de famílias (secção IV) e por fontes de rendimento (secção V); na última secção sintetizam-se os principais resultados obtidos e esboçam-se algumas conclusões explicativas sobre a evolução da desigualdade em Portugal.

II — Aspectos metodológicos

Qualquer estudo sobre desigualdade na repartição do rendimento pressupõe a clarificação prévia de dois grupos de questões.

Como salienta Jenkins (1991a), o estudo da desigualdade económica consiste na «análise das diferenças existentes entre os membros de uma população no acesso aos recursos económicos e no seu controlo». Um problema que imediatamente emerge da afirmação anterior é o da escolha de qual a variável que melhor corresponde à noção de poder económico que lhe está implícito. O acesso aos recursos económicos possui diferentes dimensões e devemos distinguir entre riqueza, rendimento e despesa.

Na medida em que a riqueza representa o poder total de um indivíduo sobre os recursos ela é aparentemente a melhor opção para evidenciar o seu bem-estar na sociedade. A sua avaliação é, no entanto, extremamente complexa e, na generalidade dos casos, é inviabilizada pela não disponibilidade da informação necessária para a sua operacionalização.

A variável mais usada na análise da desigualdade é indubitavelmente o rendimento, o qual pode ser interpretado como a variação do poder que um indivíduo possui sobre os recursos económicos ao longo de um dado período de tempo. A variável rendimento, ainda que mais facilmente calculada e interpretada do que a riqueza, não é, porém, isenta de problemas. Por um lado, o rendimento pode ser definido de várias formas. O rendimento antes dos impostos e das transferências coloca a ênfase no poder económico potencial. O poder económico efectivo depende, porém, da actuação do governo, o que sugere a utilização do rendimento líquido após impostos e transferências sociais. Uma definição mais exhaustiva do poder económico pressupõe a consideração não só do rendimento monetário, mas igualmente do rendimento equivalente ao auto-abastecimento, ao autoconsumo e à autolocação. Por outro lado, o rendimento exclui o efeito da acumulação passada (poupança e endividamento).

Finalmente, a despesa traduz o exercício do poder. O seu uso é igualmente controverso. Embora alguns autores defendam a sua utilização, alicerçados no facto de em inquéritos directos à população a subestimação da despesa usualmente se ter revelado menor do que a do rendimento, não deixa de ser verdade que, conceptualmente, estamos muito mais interessados na despesa potencial de um indivíduo do que na sua despesa efectiva.

A questão do período de tempo de referência levanta praticamente tantas questões quantas a da definição da variável económica a utilizar. Devemos considerar um mês, um ano ou o período de vida de um indivíduo? Cada um

destes períodos conduz a diferentes resultados. O alargamento do período tende a reduzir a dispersão entre a população na medida em que a agregação ao longo do tempo exclui flutuações circunstanciais e, conseqüentemente, conduz a distribuições mais homogêneas.

O período de referência ideal para analisar o rendimento de um dado indivíduo depende da forma como o seu rendimento oscila ao longo dos diferentes períodos de tempo e da sua capacidade de contrair ou conceder empréstimos.

A observação empírica mostra que a variação sistemática do rendimento de um indivíduo ao longo do seu ciclo de vida é particularmente relevante. Duas estratégias permitem lidar com este problema. A primeira consiste em considerar o rendimento total ao longo do ciclo de vida, isto é, alargar o período de referência de forma a apanhar todo o rendimento auferido por um indivíduo ao longo da sua vida. Esta opção é geralmente inviabilizada pela indisponibilidade de dados estatísticos. Uma segunda opção consiste em isolar a contribuição das diferenças de idade para o rendimento, através de técnicas de decomposição.

A questão seguinte envolve a unidade demográfica usada na análise. A distinção mais relevante coloca-se entre famílias, ADP (agregados domésticos privados) e indivíduos. A opção por uma destas unidades implica necessariamente diferentes hipóteses quanto ao processo através do qual os seus membros partilham os seus recursos.

A família tem sido tradicionalmente a unidade estatística de análise das condições de vida da população. Porém, as mudanças sociológicas verificadas nas sociedades ao longo das últimas décadas indiciam que a existência de laços de parentesco não podem ser consideradas como condição imperativa para a constituição de agregados com práticas de vida suportada por um orçamento comum. É esta transformação na estrutura social que conduziu à progressiva substituição do «agregado familiar» pelo «agregado doméstico privado» como unidade de observação estatística. Este último pode ser definido como «o grupo de pessoas que reside numa mesma unidade de alojamento e cujas despesas habituais em alojamento e habitação são suportadas conjuntamente» (INE, 1990) ⁽²⁾.

Embora o bem-estar dos indivíduos seja o objectivo último desta análise, usar o rendimento de cada indivíduo do agregado levanta vários tipos de problemas. Por um lado, existem indivíduos que podem não auferir rendimentos mas partilham da utilização do rendimento do conjunto com que vivem. Por outro lado, a informação disponível sobre como se processa a redistribuição do rendimento no seio dos agregados é usualmente escassa ou nula.

A utilização do rendimento dos agregados coloca, porém, um outro problema. Agregados de dimensão e composição diferenciada têm diferentes necessidades, tornando-se, portanto, necessário corrigir o rendimento do agregado de forma a obter um indicador de bem-estar comparável ou equivalente.

⁽²⁾ Embora quer o IRDF (1980-1981) quer o IOF (1989-1990) não permitam uma caracterização directa das famílias, mas somente do ADP, ao longo deste trabalho utilizaremos indistintamente os termos de família e de agregado para designar os ADP.

O ajustamento mais simples que podemos fazer é considerar uma partilha equitativa entre todos os membros do agregado e calcular o respectivo rendimento *per capita*. Assim, para um agregado i de dimensão n_i , com um rendimento total y_i , calcularíamos o rendimento por indivíduo y_i/n_i . Note-se que a igualização do rendimento não significa obviamente um igual controlo sobre os recursos económicos por parte de todos os membros que compõem o agregado.

A dimensão do agregado não é, porém, a única característica que influencia o nível de vida que cada agregado pode desfrutar face a um dado nível de rendimento: um adulto com uma criança podem usufruir, para o mesmo rendimento total, um nível de bem-estar diferente do que dois adultos. A consideração simultânea da dimensão e da composição do agregado implica que o factor de correcção do rendimento seja não o número de indivíduos mas o número de adultos equivalentes q_i existentes no agregado. Seria assim possível utilizar o rendimento por adulto equivalente $y_i^* = y_i/q_i$.

O último aspecto a considerar é a determinação de qual a unidade receptora do rendimento. Mesmo que aceitemos que o rendimento por adulto equivalente y_i/q_i constitui o melhor indicador dos recursos auferidos por cada membro, permanece a questão de saber se a família deve contar como uma unidade, como n_i unidades ou como q_i unidades.

Combinando os três conceitos de rendimento atrás enunciados (y_i , y_i/n_i e y_i/q_i) com as três possibilidades expostas quanto à unidade receptora do rendimento (família, indivíduo e adulto equivalente), confrontamo-nos com nove possibilidades de conjugação, correspondentes a outras tantas especificações da distribuição do rendimento.

Obviamente nem todas as possibilidades são igualmente relevantes. Por exemplo, é difícil encontrar alguma justificação económica para, utilizando o rendimento total da família, ponderar esse mesmo rendimento pelo número de adultos equivalentes existentes no seu seio.

Cowell (1984) defende a utilização do rendimento por adulto equivalente ponderado pelo número de indivíduos como a opção mais correcta evocando as seguintes razões:

- i) O bem-estar social depende do bem-estar de cada pessoa, independentemente da unidade em que estas se integram e das alianças que formam;
- ii) Podemos estar interessados no nível de vida que um determinado montante de rendimento permite auferir de forma a possibilitar a comparação entre pessoas vivendo em diferentes tipos de famílias.

Esta opção corresponde à selecção da *distribuição individual do rendimento por adulto equivalente* como a que melhor se adequa à análise da desigualdade e do bem-estar dos indivíduos.

A opção seguinte refere-se à escolha dos indicadores de desigualdade a utilizar. Como o próprio termo sugere, a desigualdade pode ser encarada como um desvio face a uma situação de igualdade. Existem, porém, diferentes interpretações acerca do significado de igualdade e de desigualdade. O conceito de

desigualdade utilizado no presente estudo reporta-se exclusivamente à distribuição do rendimento podendo ser interpretado como qualquer desvio face a uma situação em que cada membro da população recebe a mesma proporção do rendimento total a distribuir⁽³⁾.

Um índice de desigualdade I mais não é que uma representação numérica da distribuição do rendimento e pode ser definido como «uma representação escalar das diferenças interpessoais do rendimento no seio de uma dada população» (Cowell, 1977).

Se representarmos por y_1, y_2, \dots, y_n os rendimentos auferidos pelos n indivíduos de uma população então um índice de desigualdade reveste a forma de uma função do tipo:

$$I = \Theta (y_1, y_2, \dots, y_n) \quad (1)$$

A questão que se coloca é a de escolher que forma deve Θ assumir. Embora diversos autores tenham sugerido diferentes conjuntos de propriedades desejáveis, existe um relativo consenso que qualquer índice de desigualdade deve respeitar as seguintes propriedades básicas:

- 1) *Anonimato (simetria)*. — Qualquer medida de desigualdade deve ser invariável face a qualquer permutação de rendimentos entre os seus membros;
- 2) *Independência da escala de rendimento*. — Qualquer medida de desigualdade deve ser invariável face a alterações proporcionais do rendimento de todos os indivíduos na distribuição;
- 3) *Homogeneidade da população*. — Qualquer medida de desigualdade deve ser invariável face à agregação de duas ou mais populações idênticas;
- 4) *Princípio das transferências (condição Dalton-Pigou)*. — Qualquer transferência de um indivíduo de maior rendimento para um de menor rendimento, desde que não altere a posição relativa de cada um deles na escala de rendimento, deve diminuir a desigualdade;
- 5) *Decomposição aditiva*. — Qualquer índice de desigualdade é aditivamente decomponível se, face a qualquer partição da população, puder ser expresso como a soma ponderada dos índices de desigualdade dos vários grupos mais um termo correspondente à desigualdade intergrupos obtida a partir do rendimento médio e da dimensão dos vários grupos.

A primeira propriedade assegura que qualquer medida de desigualdade deve ser exclusivamente baseada na informação proveniente do rendimento de cada indivíduo na distribuição. Esta hipótese pode parecer relativamente restritiva mas é aceitável desde que anteriormente se tenha procedido às correcções necessárias de forma a considerar, por exemplo, famílias de diferentes dimensões e composições.

(3) Obviamente depois de se proceder à correcção necessária de forma a considerar a existência de famílias de diferentes tipos.

A segunda e terceira propriedades garantem que Θ é invariável face a alterações quer na escala dos rendimentos quer na escala da dimensão da população (4).

A quarta propriedade, proposta inicialmente por Dalton (1920), implica que qualquer transferência de um indivíduo de maior rendimento para outro de menor rendimento, desde que não altere as respectivas posições relativas na escala de rendimentos, se traduza numa redução da desigualdade.

A última propriedade enunciada é crucial se pretendermos associar a desigualdade às diferenças na redistribuição de rendimento entre diferentes grupos sociais. Consideremos que a população $\{1, 2, \dots, n\}$ se encontra subdividida em G grupos, mutuamente exclusivos e que conjuntamente constituem a população total, onde cada subgrupo g possui n_g elementos e um rendimento médio μ_g . Representemos a desigualdade no grupo g por I_g onde:

$$I_g = \Theta(y_{(1)}, \dots, y_{(n_g)}) \quad (2)$$

Seja I_B a desigualdade intergrupo, isto é, a desigualdade que ocorreria se cada membro do grupo g tivesse um rendimento μ_g em vez do seu rendimento real. A propriedade (v) permite que se possa definir:

$$I = Q(I_1, I_G; I_B) \quad (3)$$

Isto é, a desigualdade total pode ser obtida a partir da desigualdade verificada no seio de cada um dos grupos (desigualdade intragrupo) e da desigualdade existente entre os vários grupos (desigualdade intergrupo). Mais, a propriedade 5) assegura que se a desigualdade aumentar no interior dum qualquer grupo g , mantendo-se inalteradas todas as demais desigualdades intra e intergrupos, então a desigualdade total deve aumentar, independentemente da forma como a população está subdividida e dos diferentes níveis de desigualdade existentes.

Cowell e Kuga (1981a, 1981b) demonstraram que o conjunto de todos os índices que satisfazem as propriedades 1) a 5) podem ser representados pela classe dos índices de entropia generalizada (IEG):

$$I_\alpha = \frac{1}{\alpha^2 - \alpha} \left(\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left[\frac{y_i}{\mu} \right] - 1 \right) \quad \alpha \neq 0, 1$$

$$I_0 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \log \frac{\mu}{y_i} \quad \alpha = 0$$

$$I_1 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{y_i}{\mu} \log \frac{y_i}{\mu} \quad \alpha = 1$$

(4) Formalmente teríamos:

$\Theta(\lambda y_1, \dots, \lambda y_n) = \Theta(y_1, \dots, y_n)$ para qualquer escalar positivo λ .

$\Theta(y_1^k, \dots, y_n^k) = \Theta(y_1, \dots, y_n)$ para qualquer k inteiro, positivo.

Esta classe de índices engloba diversas medidas de desigualdade conhecidas. I_1 e I_0 correspondem, respectivamente, ao índice de Theil (1967) e ao desvio médio logarítmico também proposto por este autor. I_2 é equivalente a metade do quadrado do coeficiente de variação. De igual forma, para cada membro da classe de índices de desigualdade de Atkinson A_ε , onde $\varepsilon > 0$ caracteriza a «aversão à desigualdade», existe um membro da classe de entropia generalizada que lhe é ordinalmente equivalente com $\alpha = 1 - \varepsilon$.

O parâmetro α permite ponderar de forma diferenciada as assimetrias verificadas em diferentes partes da distribuição do rendimento. Quanto menor for α mais sensível o índice se torna às desigualdades ocorridas na parte inferior da distribuição. Alternativamente, quanto maior for o valor da α maior o peso atribuído às diferenças entre os indivíduos de maiores rendimentos.

Dada a infinidade dos membros que compõem a classe de entropia generalizada, uma questão que se coloca é a da selecção daqueles que devemos utilizar na análise da desigualdade. Valores muito elevados de α , quer positivos quer negativos, devem ser evitados dada a sua extrema sensibilidade a pequenas alterações nos extremos da distribuição. Como veremos adiante, os casos $\alpha = 0$ e $\alpha = 1$ possuem características particulares que justificam a sua utilização. Cowell (1984) sugere a utilização em estudos empíricos de seis membros da classe definida em (4) com valores de α compreendidos entre -1 e 2 .

Decomposição da desigualdade por grupos sócio-económicos

Se representarmos a proporção da população que compõe o grupo g por $v_g = n_g/n$, o seu rendimento médio relativamente ao rendimento médio do conjunto dos indivíduos por $\lambda_g = \mu_g/\mu$ e fazendo $\theta_g = n_g\mu_g/n\mu$ o sistema (4) pode ser escrito como

$$I_\alpha = \sum_{g=1}^G v_g \left(\frac{\theta_g}{v_g} \right)^\alpha I_{\alpha g} + \frac{1}{\alpha(\alpha-1)} \sum_{g=1}^G v_g \left[\left(\frac{\theta_g}{v_g} \right)^\alpha - 1 \right] \quad \alpha \neq 0,1$$

$$I_0 = \sum_{g=1}^G v_g I_{0g} + \sum_{g=1}^G v_g \log \left(\frac{v_g}{\theta_g} \right) \quad (5)$$

$$I_1 = \sum_{g=1}^G \theta_g I_{1g} + \sum_{g=1}^G \theta_g \log \left(\frac{\theta_g}{v_g} \right)$$

o que permite escrever a forma genérica da decomposição aditiva dos índices pertencentes à classe de entropia generalizada como:

$$I_\alpha = \sum_{g=1}^G \theta_g^\alpha v_g^{1-\alpha} I_{\alpha g} + I_{\alpha B} \quad (6)$$

No primeiro termo das expressões (5) e (6), a desigualdade intragrupos mais não é que uma soma ponderada da desigualdade existente no seio de

cada um dos grupos. O segundo termo, a desigualdade intergrupos traduz a desigualdade originada exclusivamente nas diferenças entre o rendimento médio dos diferentes grupos.

Os índices I_0 e I_1 revelam-se particularmente interessantes na medida em que são os únicos casos em que a soma dos respectivos ponderadores é igual a 1. Os ponderadores associados às diferentes componentes da desigualdade intragrupos são, respectivamente, a proporção da população em cada grupo $\{v_g\}$ e a proporção do rendimento total auferida por cada grupo $\{\theta_g\}$. No primeiro caso estamos perante uma «decomposição forte» enquanto no segundo perante uma situação de «decomposição fraca».

A diferença entre estes dois tipos de decomposição não é irrelevante. Vejamos o que aconteceria se o rendimento médio de cada grupo fosse igualado ao rendimento médio do conjunto da população através de uma alteração equiproporcional nos rendimentos dos diferentes indivíduos em cada grupo. No caso de I_0 a desigualdade intragrupos manter-se-ia inalterada o que já não se verificaria com I_1 visto que a alteração introduzida implicaria igualmente modificações nos respectivos ponderadores. Somente no caso de I_0 a desigualdade intragrupos pode ser associada à desigualdade que se obteria se as diferenças entre os diferentes grupos fossem anuladas.

Outra potencialidade importante associada a esta classe de medidas de desigualdade é que elas possibilitam a desagregação da evolução da desigualdade ao longo do tempo. Como vimos, a desigualdade total encontra-se associada ao nível de desigualdade existente em cada grupo, à repartição da população e às diferenças no rendimento médio entre os vários grupos. Na análise da evolução da desigualdade é igualmente possível identificar três componentes correspondentes às influências provenientes da alteração da estrutura da população, da modificação da desigualdade em cada um dos grupos e das variações relativas no rendimento médio de cada grupo sócio-económico.

Mookherjee e Shorrocks (1982) demonstram como a medida I_0 pode ser usada para demonstrar os três efeitos referidos. Representemos por ΔI_0 a alteração registada na desigualdade entre o ano t e $t+1$:

$$\begin{aligned} \Delta I_0 &= I_0(t+1) - I_0(t) \\ &\approx \sum_{g=1}^G \bar{v}_g \Delta I_{0g} + \sum_{g=1}^G \bar{I}_{0g} \Delta v_g + \sum_{g=1}^G (\bar{\lambda}_g - \log \bar{\lambda}_g) \Delta v_g + \sum_{g=1}^G (\bar{\theta}_g - \bar{v}_g) \Delta \log \mu_g \quad (7) \\ &\quad \text{[termo A]} \quad \text{[termo B]} \quad \text{[termo C]} \quad \text{[termo D]} \end{aligned}$$

onde uma barra por cima das variáveis significa os valores médios entre t e $t+1$.

Na equação (7) o primeiro termo (A) representa alterações «puras» da desigualdade ocorridas no seio de cada grupo, o segundo e terceiro termo indicam o efeito de alterações da estrutura da população respectivamente na desigualdade intragrupos (B) e na desigualdade intergrupos (C), e a última parcela reflecte o impacto em ΔI_0 resultante de alterações no rendimento médio relativo dos diversos grupos.

Decomposição da desigualdade por fontes de rendimento

A decomposição da desigualdade por fontes de rendimento possibilita identificar a contribuição dos diversos tipos de rendimento (salários, rendimentos de capital, etc.) na desigualdade do rendimento total.

Consideremos que existem K fontes de rendimento e representemos por $Y_k = (Y_{1k}, Y_{2k}, \dots, Y_{nk})$ a distribuição do rendimento do tipo k . Representemos por μ_k o rendimento médio proveniente de origem k . Assumindo que os diferentes tipos de rendimento são mutuamente exclusivos, e que o rendimento total é igual ao somatório dos k tipos de rendimento, temos que $y = \sum_k Y_k$.

Se o índice de desigualdade for uma função convexa não negativa dos rendimentos relativos e cada componente do rendimento for não negativa, a relação mais simples entre I e a distribuição do factor k seria dada por:

$$I \leq \sum_{k=1}^K \frac{\mu_k}{\mu} I_k \quad (8)$$

Se a equação anterior assumir a forma de igualdade então $I_k(\mu_k/\mu)$ constituiria a opção adequada para medir o impacto do rendimento de tipo k sobre a desigualdade total. Porém, tal só se verificaria no caso dos diferentes tipos de rendimento serem perfeitamente correlacionados para todos os indivíduos, o que evidentemente não se verifica. Em todas as outras situações o somatório das contribuições das diferentes fontes excederia a desigualdade total.

Uma outra limitação inerente à utilização da expressão (8) é a imposição subjacente de que todos os tipos de rendimento devem ser não negativos. Ora uma das potencialidades inerentes à decomposição da desigualdade por fontes de rendimento é a possibilidade de se poderem considerar como rendimentos negativos os diferentes tipos de encargos suportados pelos indivíduos (impostos directos, contribuições para a segurança social, etc.) de forma a avaliar o seu eventual impacto «igualizador» sobre a desigualdade.

Torna-se assim necessário encontrar uma outra «regra» que possibilite associar a desigualdade total à soma das contribuições dos rendimentos originados em diversas fontes, ou seja:

$$I = \sum_{k=1}^K S_k \quad (9)$$

em que S_k representa a contribuição absoluta do factor k para a desigualdade total. S_k depende exclusivamente da fonte de rendimento k . A fonte de rendimento k gera uma contribuição agravante da desigualdade se $S_k > 0$ e uma contribuição igualizadora se $S_k < 0$.

Defina-se igualmente s_k como a contribuição proporcional do factor k para a desigualdade total:

$$s_k = \frac{S_k}{I}; \quad \sum_{k=1}^K s_k = 1 \quad (10)$$

As diferentes funções, que possibilitam gerar valores apropriados para s_k , designam-se por «regras de decomposição». Shorrocks (1982) analisou detalhadamente os problemas associados à selecção de «regras de decomposição» tendo chegado às seguintes conclusões:

- a) Para qualquer índice de desigualdade existe um número infinito de potenciais «regras de decomposição»;
- b) Qualquer «regra de decomposição» utilizada com um determinado índice de desigualdade pode igualmente ser usada com qualquer outro índice.

As conclusões anteriores significam que a selecção de uma adequada «regra de decomposição» é totalmente independente do índice de desigualdade escolhido e, conseqüentemente, das diferentes percepções de desigualdade. A solução utilizada por Shorrocks para superar o problema da multiplicidade de «regras de decomposição» consistiu na introdução de duas restrições adicionais: a primeira impõe que seja nula a contribuição para a desigualdade total de qualquer fonte de rendimento cuja distribuição seja equitativa; a segunda estabelece que dois tipos de rendimento contribuem igualmente para a desigualdade se, cumulativamente, a sua distribuição for idêntica e se em conjunto constituem o rendimento total. Estas duas condições são suficientes para determinar uma única «regra de decomposição» dada por:

$$R_v : s_k = \frac{\sigma_{yk}}{\sigma_y^2} = \frac{\rho_k \sigma_k}{\sigma_y} \quad (11)$$

em que os símbolos tem o seguinte significado:

- σ_{yk} — Co-variância entre y e y_k ;
- σ_y — Desvio padrão de y ;
- σ_k — Desvio padrão de y_k ;
- ρ_k — Coeficiente de correlação entre y e y_k .

A «regra de decomposição» explicitada em (11) não depende obviamente da medida de desigualdade escolhida, possuindo ainda a vantagem de facilmente identificar o sentido da contribuição de cada tipo de rendimento para a desigualdade total, exclusivamente através da análise da correlação (positiva ou negativa) entre o rendimento total e o rendimento proveniente da fonte k .

O significado da contribuição de cada tipo de rendimento k para a desigualdade pode ser interpretado através de duas perspectivas:

- i) Qual a desigualdade que se verificaria se o rendimento k fosse a única fonte de desigualdade;
- ii) Qual a redução na desigualdade que se obteria se fossem eliminadas as diferenças na distribuição do rendimento de origem k .

No primeiro caso avaliar-se-ia a desigualdade C_k^A correspondente a uma hipotética distribuição em que o rendimento k se manteria inalterado, proceden-

do-se a uma redistribuição igualitária de todas as demais fontes de rendimento. Na segunda interpretação considerar-se-ia a desigualdade C_k^B associada a uma outra hipotética distribuição que eliminasse as diferenças na distribuição do rendimento k substituindo para cada indivíduo y_{ik} por μ_k .

Formalmente teríamos:

$$C_k^A = I(y_k + (\mu - \mu_k)1) \quad (12)$$

$$C_k^B = I(y) - I(y - y_k + \mu_k 1) \quad (13)$$

em que 1 representa o vector unitário.

Em ambas as interpretações, as conclusões resultam imediatas. Se C_k^A for elevado comparativamente a I , então a fonte de rendimento k tem uma contribuição significativa para a desigualdade total. Se C_k^B for elevado comparativamente a I , isso significa que a sua igualização tem um forte impacto na redução da desigualdade, pelo que a sua contribuição para a desigualdade global é elevada. Note-se que C_k^B pode ser negativo, traduzindo o facto de o factor k atenuar a desigualdade na distribuição do rendimento total.

Como observamos, a decomposição da desigualdade por fontes de rendimento e a conseqüente determinação da contribuição de cada tipo de rendimento para a desigualdade são independentes do índice de desigualdade escolhido. Em aplicações empíricas da «regra de decomposição» proposta por Shorrocks, o índice mais utilizado é I_2 que corresponde a um meio do quadrado do coeficiente de variação:

$$I_2 = \frac{1}{2n\mu} \sum_{i=1}^n (vy_i - \mu)^2 = \frac{1}{2} CV^2 \quad (14)$$

Duas razões parecem estar na origem desta opção. Em primeiro lugar, a «regra de decomposição» proposta por Shorrocks corresponde à decomposição «natural» de I_2 . Em segundo lugar, este índice é um dos poucos índices usualmente utilizados que não é afectado pela existência de rendimentos nulos, situação com que frequentemente nos deparamos quando trabalhamos com o rendimento desagregado por fontes de rendimento.

Se o índice escolhido for I_2 demonstra-se ainda que a contribuição absoluta do factor k é equivalente a:

$$S_k = \frac{C_k^A + C_k^B}{2} \quad (15)$$

Tal como se procedeu para a decomposição por grupos sócio-económicos é igualmente possível proceder à decomposição intertemporal da variação da

desigualdade por fontes de rendimento. Jenkins (1992) propõe a seguinte decomposição, utilizando o índice l_2 :

$$\begin{aligned} \Delta l_2 &= l_2(t+1) - l_2(t) \\ &= \sum_{k=1}^K \Delta S_k = \sum_{k=1}^K \Delta \left[\rho_k \left(\frac{\mu_k}{\mu} \right) \sqrt{l_2 l_{2k}} \right] \end{aligned} \quad (16)$$

A alteração no nível de desigualdade é desagregada na soma exacta das alterações nas contribuições dos vários tipos de rendimento, os quais por sua vez dependem de modificações ocorridas nas correlações, no peso relativo de cada factor e na desigualdade associada a cada factor.

Se considerarmos alterações proporcionais na desigualdade temos que:

$$\% \Delta l_2 = \frac{[l_2(t+1) - l_2(t)]}{l_1(t)} = \sum_{k=1}^K s_k \% \Delta S_k \quad (17)$$

Se $s_k \% \Delta S_k$ for relativamente grande podemos afirmar que o factor k tem uma forte influência na alteração da desigualdade na distribuição do rendimento total. Saliente-se por fim que não existe uma necessária associação entre os tipos de rendimento com maior contribuição para a desigualdade num determinado ano e os tipos de rendimento com uma maior contribuição para as alterações ocorridas na desigualdade ao longo do período em análise.

III — Alterações na distribuição do rendimento nos anos 80

A análise das alterações na desigualdade na repartição do rendimento em Portugal ensaiada neste trabalho usa como base de análise a *distribuição individual do rendimento por adulto equivalente*.

O conceito de rendimento utilizado é extremamente alargado. Inclui salários e ordenados, receitas de capital (juros, etc.), pensões e outras transferências e ainda receitas não monetárias como salários em espécie, autoconsumo e autolocação. O rendimento é líquido de encargos, isto é foram deduzidos quer os impostos directos quer as contribuições para os diferentes esquemas de protecção social. Duas correcções foram, no entanto, introduzidas. Em primeiro lugar, excluíram-se os agregados com rendimento líquido negativo ⁽⁵⁾. Em segundo lugar, utilizou-se o índice de preços no consumidor para actualizar os valores de 1980, pelo que todos os valores apresentados estão valorizados a preços de 1990.

De forma a considerar as diferentes necessidades de agregados com desigual dimensão e composição, o rendimento foi ajustado através da utilização da escala de equivalência da OCDE. Embora um estudo mais exaustivo aconselhe a consideração de escalas alternativas, no presente ensaio somente

⁽⁵⁾ Seis agregados no Inquérito de 1980-1981.

a escala da OCDE será utilizada para determinar o rendimento por adulto equivalente de cada agregado ⁽⁶⁾.

Uma primeira observação quanto às alterações registadas na distribuição do rendimento durante a década de 80 pode ser obtida através do quadro n.º 1, onde se analisa a evolução do rendimento real disponível por adulto equivalente para os diferentes vintis da distribuição. A primeira constatação é a de que, embora se assista a um aumento do rendimento real disponível para cada um dos vintis considerados, esse aumento é muito mais acentuado nas famílias que se situam na parte inferior da distribuição. Enquanto o rendimento disponível médio aumentou ao longo do período cerca de 15 %, o crescimento registado no primeiro e segundo vintil foi, respectivamente, de 27,2 e 22,2 %.

Confrontando o rendimento médio de cada vintil com a mediana, verifica-se que a posição relativa das famílias de menores rendimentos melhora sensivelmente. O rendimento médio do primeiro vintil passa de 30,8 % da mediana em 1980 para 34,3 % 10 anos depois. Para os demais vintis a alteração é pouco significativa embora se detecte uma ligeira tendência para a melhoria da posição relativa das famílias com rendimentos situados abaixo da mediana.

QUADRO N.º 1

Distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente por vintis

Vintil da população	Rendimento médio por adulto equivalente		Crescimento real (percentagem)	Percentagem da mediana	
	1980	1990		1980	1990
1	123,6	157,2	27,2	30,8	34,3
2	175,9	214,9	22,2	43,8	46,9
3	210,9	249,7	18,4	52,5	54,5
4	239,7	278,9	16,4	59,7	60,9
5	264,2	306,5	16,0	65,8	66,9
6	290,0	333,4	15,0	72,2	72,8
7	312,9	360,6	15,3	77,9	78,8
8	337,4	387,9	15,0	84,0	84,7
9	360,9	416,1	15,3	89,9	90,9
10	386,9	443,8	14,7	96,4	96,9
11	413,8	472,0	14,1	103,1	103,1
12	443,1	505,1	14,0	110,3	110,3
13	474,5	539,8	13,7	118,2	117,9
14	511,1	580,0	13,5	127,3	126,7
15	553,7	626,0	13,1	137,9	136,7
16	602,2	682,4	13,3	150,0	149,0
17	672,0	762,9	13,5	167,4	166,6
18	769,5	881,8	14,6	191,6	192,6
19	921,6	1057,4	14,7	229,5	230,9
20	1453,6	1641,4	12,9	362,0	358,5
Média	475,9	544,9	14,5	118,5	119,0

⁽⁶⁾ Em estudo recente (Rodrigues,1993) demonstramos que os resultados obtidos para a desigualdade na distribuição do rendimento por adulto equivalente são suficientemente robustos face à utilização de diferentes escalas de equivalência.

Questão relevante na análise da distribuição do rendimento é a determinação de qual a proporção de famílias que se encontram abaixo de certo limiar do rendimento médio. Em particular, na obtenção das designadas «linhas de pobreza relativas», esta análise revela-se crucial. Para tal procede-se à construção de limiares de pobreza correspondentes, por exemplo, a 40 %, 50 % ou 60 % da média ou da mediana. Esta análise pode porém ser alargada para valores superiores ao rendimento médio, visando já não o estudo das linhas de pobreza mas uma melhor caracterização do conjunto da distribuição de rendimento. Foi o que fizemos no quadro n.º 2, onde se apresenta a percentagem da população abaixo de certas fracções do rendimento disponível médio. Confirma-se mais uma vez que as alterações são pouco significativas para o conjunto da distribuição, mas apontando para uma ligeira melhoria da posição relativa das famílias de menores rendimentos. Mais, os dados revelam que uma análise em termos de pobreza relativa igualmente conduziria à constatação de uma pequena redução na taxa de pobreza (7).

QUADRO N.º 2

Proporção dos indivíduos abaixo de limiares do rendimento disponível médio por adulto equivalente

Limiar do rendimento	1980	1990
0,4	9,3	7,9
0,5	17,1	16,4
0,6	26,6	26,4
0,7	36,5	36,3
0,8	46,4	46,1
0,9	55,0	55,3
1,0	62,7	63,2
1,1	69,2	69,7
1,2	74,4	75,3
1,3	79,0	79,5
1,4	82,2	82,6
1,5	84,8	85,1
1,6	87,1	87,2
1,7	89,4	89,0
1,8	91,1	90,8
1,9	92,3	92,2
2,0	93,2	93,4

Um outro indicador das alterações ocorridas na distribuição do rendimento é a proporção do rendimento médio auferida por cada vintil da população. O quadro n.º 3 não só confirma a análise anterior quanto à ligeira melhoria dos primeiros percentis como implica que qualquer indicador de desigualdade, que

(7) Esta foi precisamente a conclusão a que chegou Ferreira, L. V. (1994), em trabalho recente de comparação da pobreza em Portugal usando os dados dos «orçamentos familiares».

respeite as propriedades 1) a 5) atrás enunciadas, registre uma diminuição da desigualdade na repartição do rendimento.

QUADRO N.º 3

Proporção do rendimento disponível por adulto equivalente recebida pelos diferentes vintis

Vintis da população	Proporção do rendimento		Proporção acumulada do rendimento	
	1980	1990	1980	1990
1	1,3	1,3	1,3	1,3
2	1,8	2,0	3,1	3,4
3	2,2	2,3	5,4	5,7
4	2,5	2,6	7,9	8,3
5	2,8	2,8	10,7	11,1
6	3,0	3,1	13,7	14,1
7	3,3	3,3	17,0	17,4
8	3,5	3,6	20,5	21,0
9	3,8	3,8	24,3	24,8
10	4,1	4,1	28,4	28,9
11	4,3	4,3	32,7	33,2
12	4,7	4,6	37,4	37,9
13	5,0	5,0	42,4	42,8
14	5,4	5,3	47,8	48,1
15	5,8	5,7	53,6	53,9
16	6,3	6,3	59,9	60,1
17	7,0	7,0	67,0	67,1
18	8,1	8,1	75,0	75,2
19	9,7	9,7	84,7	84,9
20	15,3	15,1	100,0	100,0

O quadro n.º 4 confirma essa mesma diminuição. Os seis índices de desigualdade indicam inequivocamente uma redução da desigualdade ao longo da década de 80, redução essa que é tanto mais acentuada quanto mais sensível o índice se revela perante as diferenças registadas na parte inferior da distribuição.

QUADRO N.º 4

Distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente Índice de entropia generalizada

I_a	1980	1990	Taxa de variação percentual
I_2	0,237	0,228	- 3,7
I_1	0,178	0,170	- 4,2
$I_{0,5}$	0,170	0,161	- 4,8
I_0	0,171	0,161	- 5,9
$I_{-0,5}$	0,182	0,168	- 7,7
I_{-1}	0,208	0,184	-11,3

Podemos assim esboçar uma primeira hipótese explicativa. *As alterações ocorridas ao longo da década de 80 na distribuição individual do rendimento médio por adulto equivalente, e a conseqüente diminuição da desigualdade, traduzem essencialmente uma melhoria relativa da posição das famílias de menores rendimentos, em particular das situadas no primeiro decil da distribuição.*

Até ao momento temos analisado as alterações registadas na distribuição do rendimento entre 1980 e 1990 sem colocarmos a questão de quem se situa em cada um dos extremos dessa mesma distribuição. O que faremos de seguida é investigar quais as características das famílias de menores e maiores rendimentos, e que transformações se registaram na sua composição. O quadro n.º 5 apresenta a estrutura da população dos subgrupos correspondentes aos 20 % «mais pobres» e aos 20 % «mais ricos», utilizando quatro variáveis de segmentação da população: a região, o tipo de família, a categoria sócio-económica do representante do agregado e a participação ou não na actividade produtiva.

A metodologia seguida consiste em confrontar, para os 20 % «mais pobres» e para os 20 % «mais ricos», o peso de cada grupo nesse segmento da distribuição com o peso que esse mesmo grupo tem no conjunto da população, isto é, construímos um indicador de sub ou sobre-representação de cada grupo sócio-económico entre os «pobres» e os «ricos».

QUADRO N.º 5-A

Distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente e composição sócio-económica dos extremos da distribuição

Características do agregado ou do representante	Estrutura da população		20 % «mais pobres»				20 % «mais ricos»			
			Estrutura		«Desvio»		Estrutura		«Desvio»	
	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990
1) Região:										
Norte	37,4	36,0	49,8	41,0	133	114	27,5	28,6	74	79
Centro	21,5	19,2	16,7	20,4	78	106	20,9	17,5	97	91
Lisboa/Vale do Tejo	30,9	32,4	19,4	25,9	63	80	42,9	41,3	139	127
Alentejo	7,1	6,7	11,7	8,4	165	125	4,2	3,8	59	57
Algarve	3,1	5,9	2,4	4,2	77	71	4,5	8,7	145	147
2) Tipo de agregado:										
1 adulto idoso	2,1	2,5	5,2	5,5	248	220	0,9	1,0	43	40
2+adultos idosos	4,7	6,4	8,6	14,6	183	228	2,9	3,4	62	53
1 adulto	1,2	1,3	1,3	1,6	108	123	1,7	1,9	142	146
2 adultos	11,0	11,8	8,4	10,3	76	87	15,9	15,7	145	133
3+adultos	17,0	21,9	9,3	14,5	55	66	22,0	26,9	129	123
1 adultos e crianças ...	1,7	2,0	2,3	2,8	135	140	1,8	1,3	106	65
2 adultos e 1 criança	10,1	10,7	4,8	5,5	48	51	15,6	16,5	154	154
2 adultos e 2 crianças	12,3	13,2	7,8	8,6	63	65	14,2	16,0	115	121
2 adultos e 3+crianças	7,8	4,7	14,0	9,8	179	209	3,5	3,1	45	66
3+adultos e crianças ...	32,1	25,4	38,3	26,9	119	106	21,5	14,1	67	56

QUADRO N.º 5-B

**Distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente
e composição sócio-económica dos extremos da distribuição**

Características do agregado ou do representante	Estrutura da população		20 % «mais pobres»				20 % «mais ricos»			
			Estrutura		«Desvio»		Estrutura		«Desvio»	
	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990
3) Categoria sócio-económica do representante:										
Patrões e isol. ag.	14,9	7,3	15,9	10,3	107	141	10,4	4,0	70	55
Trabalhadores ag.	6,2	3,5	9,9	5,8	160	166	2,1	0,7	34	20
Empresários n/ag.	10,7	13,5	6,7	6,5	63	48	13,9	18,0	130	133
Executivos/quadros	4,7	5,8	0,4	0,4	9	7	16,7	20,3	355	350
Trabalhadores ind.	24,9	24,4	20,6	16,2	83	66	15,3	14,4	61	59
Trabalhadores ser.	15,0	15,5	5,7	6,4	38	41	26,5	25,7	177	166
Reformados	18,5	24,9	33,8	45,6	183	183	9,4	13,6	51	55
Outros	5,2	5,1	7,0	8,9	135	175	5,8	3,4	112	67
4) Participação do agregado na actividade produtiva:										
Sim	91,0	86,2	79,5	67,6	87	78	95,8	94,5	105	110
Não	9,0	13,8	20,5	32,4	228	235	4,2	5,5	47	40

Analisando por regiões, constatamos que em 1980 cerca de metade dos indivíduos de menores rendimentos habitava na zona Norte do País enquanto que 10 anos depois essa percentagem desce para 41 %, diminuição parcialmente compensada pelo acréscimo do peso de Lisboa e Vale do Tejo que sobe de 19,4 % para aproximadamente 26 %. Lisboa e Algarve são as regiões que, em ambos os períodos, estão sub-representadas nos 20 % de menores rendimentos. Por outro lado, as regiões Norte e Alentejo apresentam uma clara sobreavaliação do seu peso relativo neste segmento da distribuição. A importância da componente regional parece, no entanto, perder peso explicativo ao longo do período em análise. Podemos assim afirmar que entre as famílias de menor rendimento predominam ainda as famílias do interior, mas que a proporção relativa de famílias provenientes de regiões tradicionalmente mais ricas como Lisboa têm vindo a aumentar, a que não será alheio a crescente importância de novas formas de pobreza. No que concerne às famílias do topo da escala elas encontram-se sobre-representadas fundamentalmente em Lisboa e no Algarve.

A análise por tipos de família revela-se particularmente incisiva no que toca ao evidenciar os dois extremos da escala de rendimento. Na parte inferior da distribuição encontra-se claramente sobreavaliado o peso das famílias compostas por idosos, por famílias de maior dimensão com crianças e por famílias monoparentais. Na parte superior encontramos essencialmente adultos sem crianças, ou somente com uma criança.

A observação por categoria sócio-económica do representante permite desde logo destacar a importância das famílias cujo representante é pensionista nos 20 % mais pobres. Importância essa que cresce fortemente ao longo da década. Igualmente sobrerrepresentados nos dois primeiros decis estão os agregados cuja actividade se encontra ligada à agricultura, embora o seu peso relativo diminua ao longo do período em estudo. Na parte superior da distribuição, encontram-se, como seria de esperar, particularmente sobrerrepresentadas as famílias cujos representantes são empresários ou quadros superiores.

A última variável considerada traduz a participação directa do agregado na actividade produtiva. Também aqui se verifica um alteração significativa ao longo dos anos 80. Em 1990 cerca de um terço das famílias de mais baixos recursos não tinha qualquer ligação directa à actividade produtiva, contra somente 20,5 % em 1990.

Em síntese, podemos salientar a forte presença na parte inferior da distribuição de famílias compostas por idosos, de famílias de grande dimensão com crianças, de pensionistas e de famílias afastadas da actividade produtiva.

IV — Decomposição por grupos sócio-económicos

Através da decomposição da desigualdade por grupos sócio-económicos pretendemos evidenciar a relação entre as alterações na distribuição do rendimento e as mudanças estruturais que tenham ocorrido na sociedade portuguesas ao longo da década de 80. A decomposição da desigualdade de acordo com a região (NUTs 2), tipo de família, condição sócio-económica do representante e inclusão do agregado na actividade produtiva permitir-nos-á associar a desigualdade às mutações ocorridas quer ao nível demográfico (alterações na distribuição espacial da população, na estrutura etária, na dimensão e composição das famílias) quer no âmbito de alterações no sistema produtivo (alterações na estrutura produtiva, na composição do emprego).

O quadro n.º 6 apresenta a estrutura da população, o rendimento médio e os valores da desigualdade para as quatro variáveis de segmentação acima enunciadas.

Iniciando a nossa análise pela componente regional (1.º painel do quadro n.º 6), constata-se desde logo a existência de fortes disparidades no rendimento médio por adulto equivalente de cada região. Não parece existir, porém, uma clara relação entre o rendimento médio regional e o nível de desigualdade associado a cada região. Por exemplo, em 1980 os maiores índices de desigualdade ocorreram simultaneamente na região de maior rendimento (Algarve) e de mais baixo rendimento (Alentejo). Particularmente significativa é a alteração registada na desigualdade na região de Lisboa e Vale do Tejo. Todos os índices considerados revelam um claro agravamento de desigualdade na região de Lisboa, passando esta região a ser aquela que apresenta maiores níveis de desigualdade.

QUADRO N.º 6-A

Distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente e composição da desigualdade por grupos sócio-económicos

Características do agregado ou do representante	Estrutura da população		Rendimento médio por adulto equivalente		Índice de entropia generalizada											
	1980	1990	1980	1990	$\alpha = -1,0$		$\alpha = -0,5$		$\alpha = -0$		$\alpha = -0,5$		$\alpha = -1,0$		$\alpha = -2,0$	
					1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990
1) Região:																
Norte	37,4	36,0	425,1	503,6	0,209	0,166	0,183	0,154	0,172	0,149	0,172	0,150	0,180	0,157	0,236	0,196
Centro	21,5	19,2	469,5	518,3	0,160	0,167	0,137	0,153	0,129	0,146	0,128	0,145	0,133	0,150	0,166	0,181
Lisboa/Vale do Tejo	30,9	32,4	553,3	608,8	0,200	0,207	0,179	0,183	0,169	0,174	0,168	0,175	0,177	0,188	0,245	0,272
Alentejo	7,1	6,7	390,2	470,5	0,204	0,167	0,186	0,152	0,178	0,145	0,178	0,144	0,187	0,149	0,246	0,182
Algarve	3,1	5,9	555,9	616,0	0,252	0,174	0,217	0,156	0,199	0,146	0,194	0,142	0,199	0,145	0,241	0,176
2) Tipo de agregado:																
1 adulto idoso	2,1	2,5	322,9	391,4	0,325	0,194	0,235	0,185	0,216	0,184	0,218	0,191	0,234	0,211	0,322	0,323
2+adultos idosos	4,7	6,4	394,9	415,2	0,226	0,165	0,213	0,161	0,211	0,164	0,220	0,173	0,242	0,191	0,363	0,280
1 adulto	1,2	1,3	586,2	650,5	0,357	0,328	0,301	0,290	0,276	0,270	0,272	0,265	0,288	0,274	0,411	0,343
2 adultos	11,0	11,8	571,4	619,0	0,237	0,243	0,211	0,206	0,200	0,194	0,201	0,196	0,217	0,211	0,344	0,317
3+adultos	17,0	21,9	535,8	602,8	0,163	0,160	0,149	0,149	0,141	0,145	0,141	0,147	0,145	0,158	0,179	0,224
1 adulto e crianças	1,7	2,0	469,2	475,8	0,303	0,265	0,259	0,219	0,238	0,195	0,235	0,184	0,251	0,185	0,384	0,219
2 adulto e 1 criança ...	10,1	10,7	567,2	649,6	0,162	0,168	0,148	0,152	0,140	0,144	0,139	0,142	0,144	0,145	0,174	0,172
2 adultos e 2 crianças	12,3	13,2	513,2	580,0	0,159	0,149	0,148	0,140	0,143	0,135	0,143	0,134	0,148	0,138	0,177	0,160
2 adultos e 3+crianças	7,8	4,7	359,7	417,0	0,187	0,189	0,172	0,177	0,166	0,172	0,168	0,174	0,179	0,184	0,237	0,230
3+adultos e crianças ...	32,1	25,4	415,6	469,8	0,176	0,132	0,150	0,122	0,140	0,118	0,137	0,118	0,141	0,122	0,171	0,148
Todos os ADPs	100,0	100,0	475,9	544,9	0,207	0,184	0,181	0,168	0,171	0,161	0,170	0,161	0,177	0,170	0,237	0,228

QUADRO N.º 6-B

Distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente e composição da desigualdade por grupos sócio-económicos

Características do agregado ou do representante	Estrutura da população		Rendimento médio por adulto equivalente		Índice de entropia generalizada												
	1980	1990	1980	1990	$\alpha = -1,0$		$\alpha = -0,5$		$\alpha = -0$		$\alpha = -0,5$		$\alpha = -1,0$		$\alpha = -2,0$		
					1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980
3) Categoria sócio-económica do representante:																	
Patrões/isol ag.	14,9	7,3	432,5	447,7	0,152	0,131	0,142	0,124	0,137	0,120	0,138	0,120	0,146	0,124	0,190	0,147	
Trabalhadores ag.	6,2	3,5	345,6	394,3	0,125	0,106	0,117	0,101	0,113	0,097	0,112	0,097	0,115	0,099	0,132	0,115	
Empresários n/ag.	10,7	13,5	537,0	623,0	0,261	0,148	0,187	0,138	0,163	0,133	0,159	0,135	0,169	0,142	0,276	0,183	
Executs/Quadros	4,7	5,8	925,3	1074,5	0,153	0,159	0,137	0,140	0,128	0,130	0,125	0,126	0,126	0,127	0,144	0,156	
Trabalhads ind.	24,9	24,4	427,4	486,9	0,120	0,087	0,110	0,827	0,105	0,080	0,103	0,080	0,104	0,082	0,120	0,096	
Trabalhads ser.	15,0	15,5	598,6	660,3	0,158	0,169	0,144	0,139	0,136	0,129	0,134	0,126	0,137	0,129	0,162	0,156	
Reformados	18,5	24,9	367,3	425,2	0,205	0,165	0,181	0,156	0,174	0,153	0,175	0,155	0,186	0,164	0,255	0,209	
Outros.	5,2	5,1	490,1	486,4	0,304	0,281	0,263	0,249	0,244	0,238	0,242	0,246	0,257	0,282	0,366	0,566	
4) Participação do agregado na actividade produtiva:																	
Sim	91,0	86,2	489,3	571,4	0,194	0,172	0,172	0,157	0,163	0,151	0,162	0,152	0,170	0,161	0,228	0,217	
Não	9,0	13,8	339,2	379,8	0,239	0,167	0,206	0,158	0,197	0,156	0,200	0,160	0,214	0,172	0,293	0,235	
Todos os ADPs	100,0	100,0	475,9	544,9	0,207	0,184	0,181	0,168	0,171	0,161	0,170	0,161	0,177	0,170	0,237	0,228	

A decomposição da desigualdade nas suas componentes intragrupos e intergrupos (quadro n.º 7) confirma a fraca associação entre desigualdade e distribuição geográfica da população. As diferenças entre regiões explicam somente 5 % da desigualdade em 1980, descendo esse valor para 3 % em 1990. A dimensão regional surge assim com um fraco poder explicativo da desigualdade ⁽⁸⁾.

QUADRO N.º 7

Proporção da desigualdade total (I_0) imputável à desigualdade intergrupos (percentagem)

	1980	1990
1) Região	4,5	2,8
2) Tipo de agregado	7,8	7,6
3) Categoria sócio-económica	16,9	20,7
4) Participação na actividade produtiva	5,7	9,0

A segmentação da população por tipo de agregado permite evidenciar algumas transformações significativas operadas na estrutura das famílias portuguesas ao longo dos anos 80. Três factos merecem destaque: registou-se um aumento significativo de agregados compostos por população idosa; aumentou o peso das famílias monoparentais; diminuiu a importância das famílias alargadas, três ou mais adultos com crianças, cuja proporção entre 1980 e 1990 passa de um terço para 25 %. Verifica-se igualmente uma forte diferenciação do rendimento médio por tipo de agregado. As famílias mais idosas, às famílias monoparentais e às famílias de maior dimensão encontram-se associados baixos rendimentos enquanto que na parte superior da distribuição encontramos sobrerrepresentados famílias compostas por adultos sem filhos.

A associação entre desigualdade e o tipo de família revela-se igualmente pouco significativa. A componente intergrupos explica apenas cerca de 8 % da desigualdade total.

A diminuição drástica da população ligada às actividades agrícolas e o aumento do peso dos reformados constituem as transformações mais salientes que a análise por categoria sócio-económica do representante permite evidenciar. A componente intergrupos permite explicar cerca de 17 % da desigualdade total em 1980, subindo esse valor para 21 % em 1990.

A última variável em análise possibilita-nos apreciar a importância relativa dos agregados «excluídos» da actividade produtiva por motivos diversos (idade, desemprego, etc.). Entre 1980 e 1990, a proporção da população nesta situação aumentou de 9 % para 14 %. Associado a esse acréscimo verifica-se igualmente um maior poder explicativo desta variável face à desigualdade total. A componente intergrupos representa, em 1990, 9 % da desigualdade total enquanto que em 1980 esse mesmo valor não chegava aos 6 %.

⁽⁸⁾ Obviamente que as conclusões a que chegamos estão dependentes da classificação regional utilizada. Vários autores têm criticado fortemente a divisão do continente utilizada pelo INE, nomeadamente as NUTs 2.

Uma primeira ilação que se pode extrair da decomposição por grupos sócio-económicos é a de que as diferenças entre os vários grupos considerados parecem desempenhar um papel pouco relevante na explicação da desigualdade total. A componente intergrupos não ultrapassa os 21 % e na maioria dos casos fica aquém dos 10 %. A desigualdade intragrupos surge assim como a principal componente explicativa da desigualdade na repartição do rendimento.

Uma segunda ilação é a de que as variáveis de segmentação estritamente económicas parecem mais associadas ao fenómeno da desigualdade que as variáveis de natureza regional ou demográfica.

A desagregação da evolução da desigualdade no período compreendido entre 1980 e 1990 reforça as duas conclusões anteriores. O quadro n.º 8 desagrega a diminuição de 5,9 % ocorrida na desigualdade (I_0) de forma a evidenciar a influência de alterações na estrutura da população, de variações no rendimento médio relativo de cada grupo e da modificação da desigualdade no interior de cada grupo.

Qualquer que seja a partição utilizada, as alterações ocorridas na desigualdade intragrupos [termo A na expressão (7)] explicam a maior parte da evolução registada na desigualdade. A contribuição das alterações na estrutura da população (termos B e C) é não só pouco significativa como tende a agravar a desigualdade. As modificações no rendimento médio relativo dos vários grupos (termo D) têm um impacto igualizador nas variáveis de tipo regional e demográfico e tendem a agravar a desigualdade nas variáveis ligadas ao funcionamento do sistema produtivo.

QUADRO N.º 8

Decomposição da evolução da desigualdade (I_0) entre 1980-1990

	Alteração percentual da desigualdade (Porcentagem)	Alterações na desigualdade induzidas por modificações na			
		Desigualdade intragrupos Termo A	Composição da população		Rendimentos médios Termo D
			Termo B	Termo C	
1) Região	-5,9	- 4,6	0,6	0,2	-2,0
2) Tipo de agregado	-5,9	- 6,3	1,1	-0,3	-0,4
3) Categoria sócio-económica	-5,9	-10,6	2,1	2,1	0,4
4) Participação na actividade produtiva	-5,9	- 8,8	0,6	1,5	0,9

V — Decomposição por fontes de rendimento

O principal objectivo desta secção é o de evidenciar a contribuição das diferentes fontes de rendimento para a desigualdade total e, simultaneamente, ilustrar em que medida o decréscimo da desigualdade se encontra associado a alterações na composição do rendimento e na relação entre componentes provenientes de diferentes origens. Pretende-se igualmente analisar o carácter eventualmente igualizador dos impostos directos e da segurança social sobre a repartição do rendimento.

A desagregação do rendimento nas suas várias componentes, e a subsequente decomposição da desigualdade associada a cada uma delas, confronta-se porém com dois problemas relacionados com a coerência dos dados disponíveis.

O primeiro respeita à possibilidade de substimação diferenciada para os diferentes tipos de rendimentos. A informação disponível nos inquéritos não permite só por si mensurar e corrigir esta substimação. No que concerne a 1980, Pereirinha(1988) procedeu a um estudo exaustivo deste problema, confrontando os dados do inquérito com as Contas Nacionais, e concluiu que a substimação é efectivamente diferenciada de acordo com a fonte de rendimento em análise. A possibilidade de correcção da informação existente implica, no entanto, a consideração de hipóteses muito fortes pelo que optámos por não introduzir nenhuma correcção aos rendimentos efectivamente declarados.

Em segundo lugar, existe um problema de compatibilidade entre a informação disponível nos dois inquéritos. Em 1980-1981, a inquirição da desagregação do rendimento foi feita em termos brutos enquanto que em 1990 essa mesma desagregação foi efectuada tendo como base o rendimento líquido. A solução adoptada consistiu em «reconstruir» para 1990 os rendimentos brutos por categoria, operando ao nível de cada indivíduo que auferia rendimentos, e tendo em conta a respectiva estrutura de encargos. Note-se que o procedimento adoptado, ainda que podendo introduzir alguns envezamentos na estrutura das receitas brutas, mantém inalterada quer a distribuição do rendimento total (bruto e líquido) quer a distribuição dos vários tipos de encargos.

O rendimento disponível por adulto equivalente foi assim desagregado nas seguintes componentes: salários e ordenados; rendimentos do trabalho por conta própria; rendimentos de capital; pensões e outros benefícios sociais; outros rendimentos. Foram ainda considerados como rendimentos negativos os seguintes encargos: contribuições para a protecção social; impostos directos; outros encargos.

QUADRO N.º 9

**Distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente
Decomposição da desigualdade por fontes de rendimento**

	Rendimento médio		y_k/y		S_k		$S_k/(Y_k/Y)$	
	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990
Salários	268,1	312,7	56,3	57,4	51,1	56,6	0,91	0,99
Trabalho c/própria	136,1	110,7	28,6	20,3	30,4	18,2	1,06	0,89
Rendims capitais	27,7	61,2	5,8	11,2	13,4	18,1	2,30	1,61
Pensões/ben. sociais	54,1	73,3	11,4	13,5	4,1	2,0	0,36	0,15
Outros rendimentos	31,4	57,9	6,6	10,6	10,8	30,0	1,63	2,16
Esq. seg. social	-23,8	-30,2	-5,0	-5,5	-4,2	- 4,8	0,84	0,87
Impostos directos	-14,1	-28,8	-3,1	-5,3	-4,9	-10,4	1,55	1,96
Outros encargos	- 2,8	-12,0	-0,6	-2,2	-1,0	- 2,7	1,25	1,22
Rendimento disponível (adulto equivalente)	475,9	544,9	100	100	100	100	-	-

O quadro n.º 9 apresenta não só a estrutura do rendimento disponível para os dois anos em estudo como igualmente a contribuição de cada fonte de rendimento para a desigualdade obtida a partir da *regra de decomposição* sugerida por Shorrocks.

Este quadro permite evidenciar que os salários constituem a principal componente das receitas, constituindo mais de 50 % do rendimento disponível por adulto equivalente. A segunda maior componente — rendimentos do trabalho por conta própria — sofre uma forte redução ao longo da década, passando de cerca de 30 % em 1980 para valores próximos dos 20 % em 1990. Uma explicação possível para tal decréscimo encontra-se, eventualmente, na redução dos isolados agrícolas que no mesmo período sofre um decréscimo considerável. Evolução inversa verifica-se com os rendimentos de capital que quase duplicam a sua importância na estrutura do rendimento disponível. As transferências igualmente aumentam a sua importância relativa, ainda que de forma inferior ao que o envelhecimento da população poderia fazer supor. No que respeita às componentes negativas do rendimento saliente-se o aumento do peso relativo dos impostos directos na estrutura do rendimento.

Os salários surgem igualmente como a componente com maior contribuição para a desigualdade total. A distribuição dos salários explica 52 % da desigualdade total em 1980, passando esse valor para 57 % 10 anos depois.

A importância da distribuição dos rendimentos do trabalho por conta própria na explicação da desigualdade sofre uma redução drástica de 30 % para 18 %. Esta redução é mesmo mais do que proporcional à quebra do seu peso relativo no rendimento disponível. As últimas duas colunas do quadro n.º 9 dão-nos precisamente a relação entre o peso relativo de uma dada componente na estrutura do rendimento e o peso relativo dessa mesma componente na explicação da desigualdade.

As receitas do trabalho por conta própria perdem claramente importância como factor explicativo da desigualdade. A distribuição dos rendimentos de capital, em contrapartida, tem uma contribuição para a desigualdade global muito mais importante do que o seu peso relativo na estrutura do rendimento.

As pensões e outros benefícios sociais têm uma contribuição reduzida para o conjunto da desigualdade. Apesar da subida do peso relativo desta rubrica entre 1980 e 1990 a sua contribuição para a desigualdade diminui no mesmo período, configurando assim uma das componentes menos assimetricamente distribuídas do rendimento total.

Como seria de esperar todas as componentes dos encargos têm um efeito igualizador sobre a desigualdade, efeito esse que se acentua ao longo do período. A contribuição negativa dos encargos para a desigualdade passa de 10 % em 1980 para 18 % em 1990. Esta contribuição é tanto mais relevante na medida em que na sua ausência a desigualdade total aumentaria ao longo da década.

A comparação da distribuição do rendimento bruto por adulto equivalente entre 1980 e 1990 aponta para um acréscimo da desigualdade medido pela generalidade dos índices por nós utilizados (quadro n.º 10). Porém, e contrariamente ao que acontece com o rendimento disponível, as respectivas curvas de Lorenz interceptam-se, não sendo assim possível determinar inequivocamente o sentido da evolução da desigualdade.

QUADRO N.º 10

**Distribuição individual do rendimento bruto por adulto equivalente
Índice de entropia generalizada**

I_u	1980	1990	Taxa de variação percentual
I_2	0,248	0,262	5,6
I_1	0,188	0,196	4,5
$I_{0,5}$	0,180	0,186	3,6
I_0	0,182	0,186	2,4
$I_{-0,5}$	0,194	0,195	0,7
I_{-1}	0,221	0,215	-2,7

Os impostos directos, em particular, têm um forte impacte igualizador na distribuição do rendimento, impacte esse que duplica entre 1980 e 1990.

A imagem até agora traçada sobre a relação entre a desigualdade e as diversas componentes do rendimento disponível é, como vimos no secção II, independente do índice de desigualdade escolhido. Se, porém, optarmos pelo índice I_2 poderemos aprofundar a análise realizada confrontando as duas vertentes da desigualdade enunciadas por Shorrocks. No quadro n.º 11 apresenta-se a contribuição absoluta e relativa de cada fonte de rendimento para a desigualdade utilizando-se o índice I_2 .

QUADRO N.º 11

**Distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente
Decomposição de I_2 por fontes de rendimento**

	s_k		S_k		C_k^A		C_k^B	
	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990
Salários	51,1	56,6	0,121	0,129	0,203	0,211	0,039	0,048
Trabalho c/própria	30,4	18,2	0,072	0,042	0,119	0,068	0,025	0,015
Rendimentos de capitais	13,4	18,1	0,032	0,041	0,023	0,037	0,040	0,046
Pensões/ben. sociais	4,1	2,0	0,010	0,005	0,028	0,027	-0,008	-0,018
Outros rendimentos	10,8	30,0	0,025	0,052	0,024	0,047	0,027	0,058
Esq. seg. social	-4,2	- 4,8	-0,010	-0,011	0,002	0,002	-0,022	-0,024
Impostos directos	-4,9	-10,4	-0,012	-0,024	0,003	0,006	-0,026	-0,054
Outros encargos	-1,0	- 2,7	-0,002	-0,006	0,001	0,009	-0,004	-0,021
Rendimento disponível (adulto equivalente)	100	100	0,237	0,228	-	-	-	-

A coluna correspondente a C_k^A permite-nos observar qual a desigualdade que se verificaria se uma determinada fonte de rendimento fosse a única fonte de desigualdade. Assim, se por exemplo os salários constituíssem a única fon-

te de desigualdade, a desigualdade global desceria de 0,237 para 0,203 em 1980 e de 0,228 para 0,211 em 1990 ⁽⁹⁾.

A coluna C_k^B por sua vez, indica-nos a alteração verificada na desigualdade total se anulássemos as diferenças na distribuição de um determinado tipo de rendimento. A eliminação das desigualdades salariais conduziria, por exemplo, a uma diminuição de 0,039 (16 %) da desigualdade total em 1980 e de 0,048 (21 %) em 1990.

Particularmente interessante é observar o que se passa com os impostos directos. Se, hipoteticamente, «neutralizássemos» o papel igualizador dos impostos, a desigualdade total passaria de 0,237 para 0,263 em 1980 e de 0,228 para 0,282 em 1990. Este resultado é extremamente importante. *Primeiro, porque revela uma eficácia acrescida no papel igualizador dos impostos directos. Em segundo lugar, porque, na ausência desse mesmo papel, a desigualdade total por adulto equivalente teria aumentado entre 1980 e 1990.*

A análise evolutiva da contribuição de cada componente para a desigualdade, de acordo com a expressão (17), confirma a análise anterior. Como se pode observar no quadro n.º 12, as alterações ocorridas na distribuição do trabalho por conta própria, das pensões e dos benefícios sociais, e dos impostos directos concorrem para a diminuição da desigualdade total. Em sentido oposto age a evolução registada na distribuição dos salários, dos rendimentos de capital e dos outros rendimentos.

QUADRO N.º 12

Decomposição da evolução da desigualdade (I_2) por fontes de rendimento

Salários	3,3
Trabalho c/própria	-12,9
Rendims capitais	4,0
Pensões/ben. sociais	- 2,1
Outros rendimentos	11,4
<hr/>	
Esq. seg. social	- 0,4
Impostos directos	- 5,1
Outros encargos	- 1,9
<hr/>	
Rendimento disponível (adulto equivalente)	- 3,7

Uma questão que se pode colocar é a da relação entre o papel igualizador dos impostos directos e as alterações ocorridas nos vários percentis da distribuição do rendimento, em particular a melhoria da situação das famílias pertencentes à parte inferior da distribuição. O quadro n.º 13 apresenta a distribuição das várias componentes do rendimento disponível por decis de rendimento. Dois

⁽⁹⁾ Note-se que estes valores claramente indiciam um aumento da desigualdade dos salários brutos ao longo do período. Por outro lado convém recordar uma vez mais que o índice I_2 é particularmente sensível às alterações registadas entre as famílias de maiores rendimentos.

aspectos parecem-nos influentes na explicação das alterações registadas nas famílias de menores rendimentos. Em primeiro lugar, a alteração da composição do rendimento nos dois primeiros decis com um acréscimo significativo do peso das pensões e benefícios sociais. Esta alteração está certamente ligada ao envelhecimento da população mas também ao aumento das famílias afastadas de qualquer actividade produtiva nesta parte da distribuição. Em segundo lugar, há a observar uma diminuição do peso relativo dos impostos directos nos dois primeiros decis, contrária ao que se passa para o conjunto da população, que parece indiciar um desagravamento fiscal na parte inferior da distribuição. O alcance e o sentido destas alterações merecem certamente uma investigação mais detalhada.

QUADRO N.º 13

**Distribuição das componentes do rendimento disponível
por adulto equivalente por decis (1980)**

	Média	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Salários	56,3	34,4	42,7	47,2	57,0	56,1	57,4	58,4	60,4	61,6	57,3
Trabalho c/própria	28,6	27,8	32,7	32,3	29,4	29,6	32,0	29,9	28,2	27,2	25,8
Rendims capitais	5,8	3,5	3,2	3,0	3,1	3,9	3,9	4,1	5,3	5,7	10,4
Pensões/ben. sociais	11,4	33,6	22,8	18,8	13,7	12,8	10,0	10,5	9,0	8,6	7,2
Outros rendimentos.....	6,6	6,0	4,5	4,8	4,7	5,4	4,9	5,6	6,2	6,7	9,5
Esq. prot. social	-5,0	-3,9	-4,0	-4,1	-4,9	-5,1	-5,4	-5,4	-5,3	-5,5	-4,8
Impostos directos	-3,1	-1,2	-1,7	-1,6	-2,2	-2,2	-2,3	-2,6	-3,0	-3,8	-4,7
Outros encargos.....	-0,6	-0,3	-0,3	-0,4	-0,8	-0,4	-0,5	-0,5	-0,8	-0,6	-0,7
Rendimento disponível (adulto equivalente)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

**Distribuição das componentes do rendimento disponível
por adulto equivalente por decis (1990)**

	Média	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Salários	57,4	28,2	37,8	49,4	53,5	57,1	59,2	62,0	61,2	62,5	60,8
Trabalho c/própria	20,2	19,0	23,6	20,4	21,0	22,7	21,1	21,6	20,5	19,8	18,3
Rendims capitais	11,2	4,0	6,1	6,1	9,2	7,7	8,8	11,1	10,1	12,4	16,9
Pensões/ben. sociais	13,5	43,7	30,8	23,7	17,7	13,7	12,4	10,8	10,0	9,5	7,8
Outros rendimentos.....	10,6	9,0	7,5	8,1	8,5	8,6	9,4	8,5	11,1	11,1	14,1
Esq. prot. social	-5,5	-3,0	-4,0	-5,1	-5,2	-5,7	-5,9	-6,3	-6,0	-6,0	-5,3
Impostos directos	-5,3	-0,8	-1,2	-2,0	-2,2	-3,0	-3,5	-3,9	-4,6	-6,7	-9,8
Outros encargos.....	-2,2	-0,5	-0,5	-0,6	-2,4	-0,9	-1,6	-3,8	-2,3	-2,6	-2,8
Rendimento disponível (adulto equivalente)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

VI — Conclusões

Neste trabalho procedeu-se a uma análise das alterações ocorridas na distribuição do rendimento e na desigualdade económica ao longo dos anos 80, usando como fonte de informação os dados microeconómicos dos últimos dois «orçamentos familiares» implementados em Portugal em 1980-1981 e 1989-1990.

A principal conclusão é a de que se assistiu, ao longo da década de 80, a uma pequena mas inequívoca redução da desigualdade associada à distribuição individual do rendimento disponível por adulto equivalente. A observação das alterações ocorridas no rendimento dos vários percentis da distribuição aponta para uma clara associação entre a diminuição da desigualdade e uma melhoria relativa da posição das famílias de menores rendimentos, em particular das situadas no primeiro decil da distribuição.

A decomposição da desigualdade por grupos sócio-económicos evidenciou que as diferenças entre os vários grupos considerados parecem desempenhar um papel pouco relevante na explicação da desigualdade total. A desigualdade intragrupos revela-se como a principal componente explicativa da desigualdade na repartição do rendimento qualquer que seja a partição ensaiada. As variáveis de segmentação estritamente económicas parecem, no entanto, mais associadas ao fenómeno da desigualdade que as variáveis de natureza regional ou demográfica.

A análise do contributo das diferentes componentes do rendimento para a desigualdade permite evidenciar que os impostos directos têm um forte impacto igualizador na distribuição do rendimento, impacto esse que duplica entre 1980 e 1990. Essa eficácia acrescida no papel igualizador dos impostos directos é tanto mais relevante quanto, na sua ausência, se assistiria a um agravamento da desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAND, S. (1983), *Inequality and poverty in Malaysia: Measurement and decomposition*, Oxford University Press, New York, 1983.
- ATKINSON, A. B. (1991), «What is happening to the distribution of income in the UK?», Keynes Lecture, British Academy, London, 15 de Outubro 1991.
- (1970), «On the Measurement of Inequality», *Journal of Economic Theory*, 2(3); Setembro de 1970; pp. 244-63.
- CHAMPERNOWNE, D. (1974), «A Comparison of Measures of Inequality of Income Distribution», *The Economic Journal*, 84, Dezembro de 1974, pp. 787-816.
- COWELL, F. A. (1989), «Sampling Variance and Decomposable Inequality Measures», *Journal of Econometrics*; 42(1), Setembro de 1989, pp. 27-41.
- (1984), «The Structure of American Income Inequality», *Review of Income and Wealth*; 30 (3), Setembro de 1984, pp. 351-75.
- (1980a), «On the Structure of Additive Inequality Measures», *Review of Economic Studies*; 47(3); Abril de 1980, pp. 521-31.
- (1980b), «Generalized Entropy and the Measurement of Distributional Change», *European Economic Review*; 13(1), Janeiro de 1980, pp. 147-59.
- (1977), *Measuring Inequality*, Philip Allan Publishers Limited, Oxford, 1977.
- COWELL, F.A., e KUGA, K. (1981a), «Inequality Measurement: An Axiomatic Approach», *European Economic Review*, 15(3), Março de 1981, pp. 287-305.
- (1981b), «Additivity and the Entropy Concept: An Axiomatic Approach to Inequality Measurement», *Journal of Economic Theory*, 25(1), Agosto de 1981, pp. 131-43.
- FERREIRA, L. V. (1993), «Pobreza em Portugal — Variação e decomposição de medidas de pobreza a partir de orçamentos familiares de 1980/81 e 1989/90», CISEP, 1993, documento de trabalho n.º 93/2.
- GLEWWE, P. (1986), «The distribution of income in Sri Lanka 1969/70 and 1980/81: a decomposition analysis», *Journal of Development Economics*, 24, pp. 255-274.
- GOUVEIA, M., e TAVARES, J. (1992), «The Distribution of Household Income and Expenditure in Portugal: 1980 and 1990», Banco de Portugal, 1992, documento de trabalho.
- INE (1991), *Metodologia do Inquérito aos Orçamentos Familiares 1989/90*, Lisboa, 1991.
- (1981) *Inquérito às Receitas e Despesas Familiares 1980/81*, Lisboa, 1981.
- JENKINS, S. (1992), «Accounting for inequality trends: Decomposition Analysis for the UK 1971/86», University College of Swansea, Department of Economics, Discussion Paper 92-10, 1992.
- (1991a), «The Measurement of Income Inequality», in *Economic Inequality and Poverty: International Perspectives*, Lars Osberg (ed.), ME Sharpe, New York, London, 1991.
- (1991b), «Income inequality and living standards: changes in the 1970s and 1980s», *Fiscal Studies*, 5, pp. 54-61.
- MOOKHERJEE, D., e SHORROCKS, A. (1982), «A Decomposition Analysis of the Trend in UK Income Inequality», *The Economic Journal*, 92, Dezembro de 1982, pp. 886-902.
- PEREIRINHA, J. (1988), «Inequalities, Household Income Distribution and Development in Portugal», Unpublished Ph. D Thesis, Institute of Social Studies, Hague, Holanda, 1988.
- RODRIGUES, C. (1993), «Measurement and Decomposition of Inequality in Portugal (1980/81-1989/90)» CISEP, 1993, documento de trabalho n.º 93/1.
- SHORROCKS, A. (1984), «Inequality Decomposition by Population Subgroups», *Econometrica*, 52 (6), Novembro de 1984, pp. 1369-1385.
- (1980), «The Class of Additively Decomposable Inequality Measures», *Econometrica*, 48(3), Abril de 1980, pp. 613-25.
- THEIL, H. (1967), *Economics and Information Theory*, North Holland Publishing Company, Amsterdam, 1967.
- TSAKLOGLOU, P. (1989), «Measurement, Decomposition and Intertemporal Changes in Inequality: Greece 1974, 1982», University of Bristol, Department of Economics, discussion paper 89/227.
- (1989), «Aspects of inequality and poverty in Greece: 1974, 1982», Unpublished Ph. D Thesis, University of Warwick, 1989.

(Versão entregue em Outubro de 1994)

